

Estado, organizações internacionais e agência na migração internacional: contribuições a partir dos alemães suábios no Paraná no pós-guerra^{1*}

Cláudia Siqueira Baltar²

Ronaldo Baltar³

Karla Rosário Brumes⁴

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a migração de alemães suábios para o estado do Paraná no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, a partir de uma abordagem teórico-metodológica que enfatiza a atuação simultânea e articulada das diferentes escalas e seus respectivos atores, recursos e interesses, como importantes definidores do processo migratório. Para tanto, conta-se com uso de dados secundários provenientes de bibliografia especializada e de fontes censitárias. Como resultados, a análise possibilitou a configuração de um olhar renovado sobre o processo migratório do passado, como também proporcionou elementos para maior entendimento e compreensão de fenômenos migratórios contemporâneos, estimulando, assim, a formulação de agendas de pesquisas futuras.

Palavras-chave: Migração internacional. Alemães. Brasil. Pessoas deslocadas.

State, international organizations and agency in international migration: contributions from Swabian Germans in Parana in the poswar period

^{1*} Este trabalho se insere no Projeto Observatório das Migrações de Londrina, da Universidade Estadual de Londrina, que recebe financiamento do CNPq (Projeto no. 409343/2016-1).

² Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina-PR, Brasil, (cbaltar@uel.br).

³ Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina-PR, Brasil (baltar@uel.br).

⁴ Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, Irati-PR, Brasil (Kbrumes@gmail.com).

Abstract: The objective of this paper is to analyze the migration of Swabian Germans to the state of Paraná in the post-World War II context, from a theoretical-methodological approach that emphasizes the simultaneous and articulated performance of the different scales and their respective actors, resources and interests, as important definers of the migratory process. For this, secondary data from specialized bibliography and census sources are used. As a result, the analysis made it possible to configure a renewed look at the migratory process of the past, as well as providing elements for greater understanding and understanding of contemporary migratory phenomena, thus stimulating the formulation of future research agendas.

Keywords: International migration. Germans. Brazil. Displaced persons.

Estado, organismos internacionales y agencia en migración internacional: contribuciones de alemanes de Suabia em Paraná en la posguerra

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar la migración de los alemanes de Suabia al estado de Paraná en el contexto posterior a la Segunda Guerra Mundial, desde un enfoque teórico-metodológico que enfatiza el desempeño simultáneo y articulado de las diferentes escalas y sus respectivos actores, recursos e intereses, como definidores importantes del proceso migratorio. Para esto, se utilizan datos secundarios de bibliografía especializada y fuentes censales. Como resultado, el análisis permitió configurar una mirada renovada al proceso migratorio del pasado, así como proporcionar elementos para una mayor comprensión y comprensión de los fenómenos migratorios contemporáneos, estimulando así la formulación de futuras agendas de investigación.

Palabras clave: Migración internacional. Alemanes. Brasil. Personas desplazadas.

Introdução

Desde a última década do século XX, a sociedade global vem vivenciando uma maior complexificação das migrações internacionais, envolvendo, de acordo com os relatórios das Nações Unidas (ONU, 2017; 2018), um número cada vez maior de países (seja como origem, seja como destino dos movimentos migratórios), e uma diversidade crescente de motivações, trajetórias, recursos, características pessoais, além da emergência de implicações econômicas, sociais, culturais e políticas, tanto para os países de recepção como os de saída dos migrantes.

Soma-se a isso um maior entendimento da necessidade de se identificar e analisar a atuação de importantes atores, em diferentes escalas, como Estados nacionais, organizações internacionais, empresas multinacionais e ONGs, na definição, manutenção e esgotamento de fluxos e processos migratórios, cujas dinâmicas e significados acabam tendo um peso importante no entendimento do fenômeno migratório, ao invés de se focar exclusivamente nos sujeitos migrantes.

De acordo com isso, autores como Sassen (2010), De Hass (2008) e Portes (2004), ao tratarem de uma nova agenda para os estudos migratórios, que surge desse contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e geopolíticas do século XXI, já destacaram a importância e a necessidade de se assumir os desafios teóricos, metodológicos e empíricos, seja através da reelaboração do arcabouço teórico-conceitual, da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, ou do uso de fontes de informação diversas, para dar conta do aspecto multifacetado e dinâmico das migrações internacionais.

Dentre as diversas linhas de investigação sobre a temática migratória, de grande interesse para o presente trabalho são aquelas que se voltam para fluxos ou processos migratórios internacionais do passado, com o objetivo de jogar novas luzes para uma maior compreensão desses fenômenos, e também para que esses novos olhares sobre o passado forneçam elementos para entendimento e compreensão de fenômenos contemporâneos.

Tal postura teórico-metodológica se alinha ao que Peter Burke afirma, ao falar de estudos sobre exilados e expatriados no passado, que eles “(...) podem contribuir para a compreensão do presente através do passado, vendo o presente de acordo com a perspectiva do longo prazo” (BURKE, 2017, p. 14)

Entre os estudos feitos no Brasil, destacam-se trabalhos como os de Salles et al. (2013), Paiva (2013), Baeninger (2012); Teixeira et al. (2012), Truzzi (2001), que, através de diferentes recortes, lançam um novo olhar sobre seus respectivos objetos de estudos e, ao mesmo tempo, trazem elementos para melhor compreensão e entendimentos de processos atuais, seja em termos metodológicos

e conceituais, seja em termos empíricos e de utilização de fontes de dados. É alinhando-se com essa vertente de pesquisas que se desenvolve a presente proposta de investigação.

Feitas estas colocações, apresenta-se, primeiramente, como objeto de estudo desse trabalho a migração de alemães suábios, também identificados como suábios do Danúbio, para o Brasil, no contexto do período pós Segunda Guerra Mundial.

A presença desses alemães no estado do Paraná, mais especificamente no município de Guarapuava, vem sendo estudada em diferentes trabalhos, compreendidos nas áreas da geografia e da história, dentre os quais destacam-se Silva e Bosquiero (2017), Gartner e Pires (2011), Stein (2008) e Elfes (1971).

Embora se tratem de pesquisas desenvolvidas em diferentes recortes analíticos e empíricos, um ponto comum identificado entre eles compreende uma preocupação, por um lado, com a construção da identidade desse grupo social e um entendimento de como se deu a sua contribuição para o desenvolvimento local e, por outro, com a disputa pelo poder local, inclusive o simbólico, tanto entre os alemães e outros grupos de imigrantes, como entre os alemães e a população não migrante.

São estudos que trazem elementos ricos e diversos para conhecimento e compreensão da construção da identidade dos alemães no contexto local, da dinâmica das relações sociais construídas e ressignificadas entre os diferentes grupos sociais presentes no território, além da própria história de desenvolvimento econômico, social e cultural do município de Guarapuava, porém, com uma importante lacuna que, por sua vez, motivou a realização desse trabalho: esse grupo social não foi analisado como expressão de um processo migratório, nos termos dos estudos migratórios.

Com isso, justificamos nossa proposta de investigação que se constituiu em analisar a vinda dos alemães suábios para o Paraná considerando-os como um processo migratório específico. Ou seja, um fenômeno resultante da atuação de diferentes dimensões, com diferentes escalas e conteúdos, tanto no espaço de origem como no de destino do fluxo migratório.

Significa considerar que a vinda desses alemães para o Brasil se realizou em decorrência de diferentes espaços de decisão, em diferentes escalas, envolvendo diferentes atores, com interesses específicos, e até divergentes, em referência a determinantes institucionais específicos, seja nos planos nacional e internacional, seja nos planos estadual e local.

Tomando-se a vinda dos alemães suábios para Guarapuava como uma “migração de refúgio” do período do pós Segunda Guerra Mundial, tem-se como objetivo central deste trabalho a elaboração de um quadro com as diferentes escalas e diferentes atores que se considera como definidores desse fluxo migratório específico.

A metodologia utilizada para esse fim compreende a utilização de dados secundários obtidos a partir de bibliografia especializada, que foi selecionada e sistematizada para os propósitos deste trabalho e a utilização de dados censitários, referentes à presença dos alemães no país, até às vésperas do final da Segunda Guerra Mundial.

Além de se ampliar o entendimento do significado da presença dos alemães suábios no estado do Paraná, espera-se que esse trabalho proporcione outras contribuições, como:

- 1) Elementos para enriquecer o debate sobre a migração de refúgio, tanto no passado como na contemporaneidade;
- 2) Vinculação dessa migração no contexto da política de colonização e de desenvolvimento territorial do estado do Paraná.

Dimensionando o objeto: conceitos e fontes de informação

Abordar a migração dos alemães suábios para o Brasil como uma “migração de refúgio”, no contexto do final da Segunda Guerra, parece tratar-se de uma escolha conceitual facilmente evidente, considerando o recorte espaço-temporal do referido fluxo migratório. Porém o processo de conceituação é muito mais complexo, envolvendo diferentes escolhas, especialmente aquelas feitas por quem não, necessariamente, vivenciou a referida migração.

Com isso, pretende-se destacar a complexidade da conceituação de um movimento ou fluxo migratório, envolvendo dimensões explícitas e implícitas, o que leva a considerar que, em toda definição conceitual de migração, há uma margem de arbitrariedade, individual e coletiva, por parte de quem observa o fenômeno, sem fazer parte dele.

Considerando o debate sobre as migrações internacionais contemporâneas, observa-se, entre os principais desafios analíticos, a concomitância de diferentes modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) e, conseqüentemente, o desafio de se nomear os diversos fluxos migratórios.

Mesmo com o esforço de organizações internacionais, como as Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional das Migrações (OIM), na definição de nomenclaturas que deem conta dessa diversidade migratória, na prática, o significado e as implicações dessas precisões conceituais acabam não tendo suas fronteiras tão facilmente perceptíveis àqueles que vivenciam esses processos, sejam migrantes ou não.

Soma-se a isso a percepção, a partir da literatura especializada, que esse deslocamento populacional transatlântico não é identificado, num primeiro momento, por aqueles que o realizam, como “refúgio”, e nem os mesmos se veem como “refugiados”, nos termos que o entendemos hoje.

Ao invés disso, observamos que indivíduos e famílias, que compuseram esse fluxo migratório, construíram diferentes identidades – ou narrativas – ao longo do processo migratório e do estabelecimento na sociedade receptora, apresentando-se, em alguns momentos, como imigrantes temporários, permanentes e/ou laborais e, em outros momentos, assumindo a narrativa do refúgio e dos deslocados de guerra como distintivo do grupo social como um todo (GARTNER, PIRES, 2011; STEIN, 2008; ELFES, 1971).

Além do desafio conceitual, um segundo limite precisa ser enfrentado: o dimensionamento da migração de refugiados. Nesse sentido, destaca-se o desafio de se levantar essa informação, uma vez que, nos censos demográficos da época – nossa primeira e

principal fonte a que recorreremos para dimensionar a migração –, ela não vem acompanhada da “condição” de chegada do estrangeiro ou imigrante ao território nacional.

Ou seja, não é possível conhecer a população de refugiados chegados ao Brasil entre 1947 e 1951-52 a partir dos dados censitários. Para tal, é necessário recorrer a outra fonte: os relatórios e registros oficiais do governo brasileiro. Neste trabalho, foram utilizados os dados secundários do Itamaraty/Ministério das Relações Exteriores e do Departamento Econômico e Consular.

Embora os dados dos censos demográficos não sejam adequados para informação da condição de refugiados, eles serão considerados neste trabalho para a elaboração do quadro da presença da população alemã no Brasil. Nesse sentido, serão considerados os dados censitários de 1872, 1920 e 1940, os quais, segundo e Seyferth (1988) Bassanezzi (1995), compreendem o período auge da migração europeia para o Brasil.

Com relação aos censos demográficos trabalhados, destaca-se que o imigrante alemão será captado através do quesito referente ao estrangeiro por país de nascimento, sendo que, para o recenseamento de 1872, os recortes espaciais trabalhados foram os níveis estaduais e municipais, e para os censos demográficos de 1920 e 1940, apenas o nível municipal.

Configuração dos alemães suábios como processo migratório

Nesta seção, pretende-se abordar as dimensões nacional e internacional na definição do processo de migração dos alemães suábios para o Brasil, considerado como uma “migração de refúgio”, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial.

Na primeira parte, será apresentado quem são os alemães suábios e como se enquadram no contexto dos “refugiados” e “deslocados de guerra” após 1945 e, na segunda parte, os elementos de escala nacional e internacional na definição do fluxo migratório em tela.

Alemães suábios e configuração da condição de refúgio

A história dos suábios do Danúbio remonta aos séculos XVII e XVIII, no contexto das guerras austro-húngaras e turcas ocorridas entre 1683 e 1718, após as quais os germanos suábios saíram da Suábia (região do estado de Baden Wuttemberg, no sul da Alemanha) e se dirigiram, através do rio Danúbio, para as planícies férteis de partes da atual Hungria, Romênia e Croácia. Com o tempo, germânicos de outras regiões da atual Alemanha também se deslocaram para essa região, sendo, também, identificados como “suábios”.

Esses grupos populacionais permaneceram nestas terras como “alemães étnicos”⁵ até o século XX, quando, no contexto da Segunda Guerra Mundial, com o acirramento do confronto entre as forças alemãs e os exércitos soviéticos e aliados, passaram a ser expulsos das terras, enviados para campos de concentração, enviados para prisões e, por fim, tornando-se refugiados de guerra e apátridas, especialmente, na Áustria (SILVA, BOSQUIERO, 2017; GARTNER, PIRES, 2011; STEIN, 2008; ELFES, 1971).

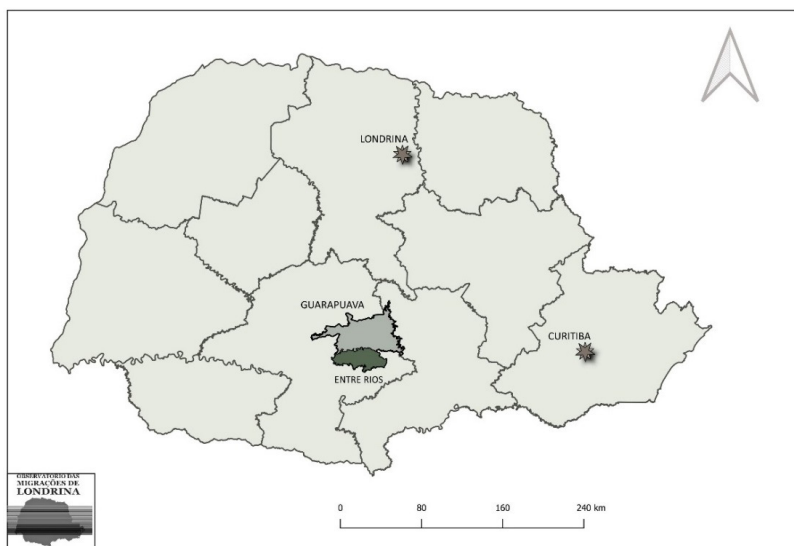
A vinda de alemães suábios no período posterior a Segunda Guerra Mundial foi fruto de uma longa negociação entre o governo brasileiro, organização internacional de apoio humanitário – no caso, a “Ajuda Suíça a Europa” (Schweizer Europa-Hilfe) –, o governo estadual do Paraná e algumas lideranças suíças e europeias.

Através da idealização do projeto de uma cooperativa (Cooperativa Agrária), possibilitaram o estabelecimento, entre os anos de 1951 e 1952, de 500 famílias suábias, totalizando 2.448

⁵ Na bibliografia selecionada, “alemães étnicos” referem-se à população de etnia germânica, que habitavam outros territórios que não o alemão. Os alemães suábios (ou suábios do Danúbio), destacados neste estudo, são originários da região suábia da atual Alemanha (porções sul e sudoeste do território), que, nos séculos XVII e XVIII, migraram para a territórios de outros países, como a Hungria, Croácia e Iugoslávia, nos quais permaneciam até a época da Segunda Guerra Mundial.

peças, em terras desapropriadas no município de Guarapuava, no estado do Paraná, formando o distrito de Entre Rios (SILVA, BOSQUIERO, 2017; ELFES, 1971). O Mapa 1 mostra a localização de Guarapuava no estado do Paraná.

Mapa 1: Localização do município Guarapuava e do distrito de Entre Rios Estado do Paraná, por mesorregiões



Fonte: Elaborado a partir das malhas cartográficas do IBGE. Autoria: Observatório das Migrações de Londrina (UEL).

Neste ponto, torna-se importante dimensionar essa população migrante num quadro mais amplo dos refugiados chegados ao Brasil entre 1947 e 1951-52. Já foi destacado, na seção anterior, que isso não é possível a partir dos dados censitários, sendo necessárias outras fontes, no caso, os relatórios e registros oficiais do governo brasileiro.

Nesse sentido, toma-se, primeiramente, do estudo de Moreira (2012), que, a partir de pesquisa realizada junto aos arquivos do

Itamaraty/Ministério das Relações Exteriores e do Departamento Econômico e Consular, traz os seguintes registros de entradas de refugiados no Brasil, no período:

Tabela 1. Número de refugiados recebidos no Brasil, entre 1947 e 1950

Períodos	01/07/1947 a 30/06/1948	01/07/1948 a 30/06/1949	01/07/1949 a 30/06/1950	Total
Refugiados	3.526	16.298	4.011	23.835
Fontes: Arquivo do Itamaraty, Delegação do Brasil junto a OIR, 1949f, Idem, Departamento Econômico e Consular, 1951 <i>Apud</i> MOREIRA, 2012, p. 89.				

Complementando esse quadro, tem-se as informações constantes nos relatórios do Conselho de Imigração e Colonização, publicados na Revista de Imigração e Colonização, referentes à quantidade de refugiados europeus chegados ao Brasil em 1950 e 1951:

Tabela 2. Número de refugiados chegados ao Brasil, em 1950 e 1951

Anos	1950	1951	Total
Refugiados	1.514	1.148	2.662
Fonte: Conselho de Imigração e Colonização In: Revista de Imigração e Colonização, 1951 e 1952.			

Combinando as informações das tabelas 1 e 2, pode-se afirmar que o total de refugiados do pós-guerra recebidos no Brasil, entre 1947 e 1951, variou entre cerca de 24.900 e 26.500 pessoas, sendo que a fase de maior entrada foi o período compreendido

entre julho de 1948 e junho de 1949, de acordo com os dados do Itamaraty, levantados por Moreira (2012).

Por sua vez, Salles et al. (2013), através de pesquisa a partir das fichas de registro dos imigrantes constantes do Memorial do Imigrante, no Museu da Imigração do Estado de São Paulo, fornecem um levantamento, numericamente similar, dos imigrantes refugiados que chegaram ao Brasil e que passaram pela Hospedaria do Imigrante, mas com um diferencial de mostrar as unidades da federação para os quais se destinaram:

Tabela 3. Número de imigrantes refugiados chegados ao Brasil, entre 1947 e 1950, por Unidades da Federação

Unidades da Federação	Imigrantes refugiados	%
São Paulo	11.079	49,2
Paraná	4.606	20,5
Rio de Janeiro	2.258	10,0
Rio Grande do Sul	2.106	9,4
Goiás	852	3,8
Santa Catarina	760	3,4
Minas Gerais	463	2,1
Bahia	386	1,7
Demais Ufs	12	0,1
Total	22.522	100,0

Fonte: Memorial da Imigração / Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Elaborado a partir de SALLES et al., 2013, p. 8

Observa-se que o total de imigrantes refugiados apresentado por Salles et al. (2013) não diverge tanto dos levantamentos anteriores, permanecendo na casa dos 20.000 registros, reforçando que a variação entre os autores reflete as diferenças nas fontes de informação e no recorte temporal utilizados.

Na verdade, o que chama mais atenção é que, independente da referência que se utilize, a participação do Brasil na solução da questão do “um milhão restante”, que se refere ao um milhão de deslocados de guerra nos primeiros anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra (ANDRADE, 2005; MOREIRA, 2012), foi bastante diminuta, ficando em torno de 2,0%.

Ainda com relação aos dados da Tabela 3, o que é importante destacar é a participação das unidades da federação no destino dessa migração de “deslocados de guerra”. Assim, enquanto o estado de São Paulo representou o principal destino dessa migração, concentrando quase 50%, o estado do Paraná figurou como o segundo principal destino, concentrando cerca de 20% dessa população. Porém, vale ressaltar que nesses 4.606 refugiados, não estavam contemplados os 2.448 alemães suábios que se direcionaram para o município de Guarapuava, uma vez que eles migram para o Brasil entre os anos de 1951 e 1952.

Por sua vez, quanto à origem dos imigrantes refugiados que chegaram ao Brasil, entre os anos de 1947 e 1951, destaca-se que, em grande parte, eram provenientes de países do Leste Europeu, principalmente Polônia, Ucrânia, Iugoslávia, Rússia, Húngaros, Tchecos, entre outros, além de alemães étnicos, que habitavam a Romênia, Croácia e Iugoslávia, contando ainda com presença expressiva de apátridas. Parcela majoritária dessa população, ao final da guerra, encontravam-se em campos de refugiados na Áustria e Alemanha (SALLES et al., 2013; SALLES, 2008; ELFES, 1971).

Para finalizar esta subseção, retoma-se a dimensionamento do objeto de estudo como imigrantes oriundos de um processo migratório de deslocamento de guerra: entre os anos de 1951 1952, Guarapuava recebe cerca de 500 famílias de alemães suábios, totalizando aproximadamente 2.448 pessoas – quantidade que equivale à metade de todos os imigrantes refugiados que se dirigiram para o estado do Paraná, no período de 1947 a 1950 (Tabela 3).

Conforme a literatura especializada, trata-se de um fluxo migratório constituído de alemães étnicos provenientes da Romênia,

Croácia e Iugoslávia. De acordo com Elfes (1971), o objetivo inicial era que esse fluxo alcançasse, em etapas posteriores, a casa dos 5.000 alemães deslocados para Entre Rios, em Guarapuava, o que não chegou a se concluir.

Além disso, Elfes (1971) destaca também que, dois anos após à criação da colônia de Entre Rios, em 1954, cerca de 60 famílias reemigraram, tendo algumas voltado para a Europa, e outras se dirigido para São Paulo e Curitiba, com o objetivo de se integrar no mercado de trabalho urbano, não tendo a localidade recebido novas levas de imigrantes. Em 1958, ocorre outra fase de reemigração desses imigrantes, sendo que, em 1962, o número de imigrantes originais se estabiliza, permanecendo um total de 42 famílias (ELFES, 1971, p. 58).

De acordo com estudos contemporâneos, são esses “sobreviventes” da migração suábica do pós-guerra que se tornarão responsáveis, nas décadas seguintes, pela construção prática e simbólica da identidade suábica no município, seja através da construção de um museu suábico, seja através da criação e manutenção de uma revista própria, num processo marcado por disputas e conflitos entre outros grupos sociais, também habitantes do município (SILVA, BOSQUIERO, 2017; GARTNER, PIRES, 2011; STEIN, 2008).

Atuação do Estado e organizações internacionais no fenômeno migratório

Uma vez dimensionado e contextualizado o objeto de estudo num cenário mais amplo da questão dos “refugiados” ou “deslocados de guerra” do pós-Segunda Guerra, nesta subseção, volta-se a atenção para um dos objetivos deste trabalho que é a identificação das diferentes escalas e seus respectivos atores e tomadas de decisão na configuração do processo migratório dos alemães suábicos para o município de Guarapuava, no estado do Paraná.

A primeira escala é constituída pela atuação do Estado brasileiro e pelas organizações internacionais voltadas para a

questão dos “deslocados de guerra”, que, para os objetivos deste trabalho, constituem a dimensão nacional e internacional do processo de configuração do fluxo migratório em estudo.

De antemão, reconhece-se que esta subseção não se propõe a tratar de uma temática inédita nos estudos migratórios. Tampouco tem a pretensão de esgotar toda a diversidade de autores e abordagens sobre a relação entre do Estado nacional, organizações internacionais e migrações internacionais.

Para os propósitos deste trabalho, foram selecionados a bibliografia e o material que permitissem captar atores, interesses e decisões, nas diferentes escalas, que pudessem ser considerados como “determinantes próximos” da migração dos alemães suábios para o estado do Paraná, no pós-guerra.

Assim, tratando, primeiramente, da atuação do Estado nacional, considera-se como importantes determinantes do fluxo migratório em análise duas políticas nacionais daquele contexto: a política migratória de Getúlio Vargas e a política de desenvolvimento regional, identificada como “Marcha para o Oeste”.

Nas escalas internacional e nacional, as políticas migratórias elaboradas e colocadas em prática pelos diferentes Estados nacionais sempre tenderão a exercer uma influência, direta ou indiretamente, nos movimentos migratórios internacionais, não tanto como um definidor absoluto dos fluxos migratórios, mas mais como uma potencialidade, como a expressão de um tipo de imigração e de imigrantes “desejado”, mas não necessariamente realizado.

Mais ainda, o que se observa, especialmente a partir das migrações internacionais contemporâneas, é que os Estados nacionais elaboram suas políticas migratórias em resposta à própria dinamicidade dos movimentos migratórios, quase sempre no sentido de se exercer o controle e se efetuar a seletividade migratória.

No caso da migração dos alemães suábios para o Brasil, é necessário considerar quais foram as medidas tomadas pelo Governo Vargas com relação à entrada de imigrantes no país, tanto

no momento imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra, como também no período que a antecede, ou seja, ao longo da década de 1930.

Nesse sentido, Salles (2007), abordando as migrações dos refugiados do pós-guerra, já destacou a importância de se considerar as seguintes referências jurídicas que caracterizaram a política migratória varguista: o Decreto 24.258/1934, a Constituição Federal de 1934, os Decretos-leis no. 406, de 4 de maio de 1938, e no. 3.010, de 20 de agosto de 1938 e, por fim, o Decreto-lei no. 7.967, de 18 de setembro de 1945.

De acordo com que a autora apresenta, ao longo do período coberto por essas legislações, vai se configurando uma política migratória alinhada com o programa de desenvolvimento regional “Marcha para o Oeste”, que visava expandir a ocupação territorial da porção ocidental do país, através do incentivo à implantação de uma agricultura moderna.

Assim, enquanto, pelo Decreto 24.258/1934, é feita uma classificação dos estrangeiros entre “imigrantes” e “não-imigrantes”, além de se estabelecer o perfil desejável de imigrante, priorizando agricultores e técnicos, a Constituição Federal de 1934 estabeleceu as cotas de entrada de imigrantes, a partir das quais se pretendia exercer a seletividade migratória adequada aos princípios e objetivos do programa. Já em 1938, os Decretos-leis no. 406 e 3.010 regulamentam o que se denominou por “imigração dirigida”, reforçando o papel das cotas para uma seleção mais racional dos fluxos migratórios para o país, naquele momento.

Soma-se a isso medidas político-institucionais, implementadas em 1938, importantes na articulação da política migratória e da “marcha para o Oeste”: 1) a criação do Conselho Nacional de Imigração (CIC), responsável por supervisionar e orientar a operacionalização da política imigratória; 2) a criação do Serviço de Registro do Estrangeiro (SER) e do Escritório Oficial de Colocação de Trabalhadores; e 3) a transformação do Departamento de Povoamento em Departamento Nacional de Imigração (SALLES, 2007, p. 185-186).

Diante desse cenário, destaca-se que, no pós-guerra imediato, com o Decreto-Lei no. 7.967/1945, o Estado nacional manteve uma política migratória caracterizada pela preferência à migração familiar, pelas cotas de entrada e pela imigração dirigida, com o diferencial de se privilegiar tanto agricultores como trabalhadores industriais.

Numa outra perspectiva sobre esse quadro, vale destacar que, embora se constitua na política imigratória oficial do Estado nacional, não significa que ela estivesse livre críticas e discordâncias. Salles (2017) também destaca que a questão imigratória – e as temáticas correlacionadas, como colonização e povoamento, atividades econômicas, mercado de trabalho – recorrentemente fez parte do debate público, com posicionamentos de diferentes atores, com interesses específicos e visões próprias sobre a política de imigração para o país.

Como ilustração dessa situação⁶, pode-se destacar que o processo constituinte de 1934 contou com a participação de representantes de categorias trabalhistas, o que poderia, em parte, explicar o caráter mais restritivo da política imigratória naquele momento. Ressalta-se ainda que, a partir de 1946, num breve período democrático do país, deputados federais identificados com a defesa do trabalhador nacional, em diferentes momentos, manifestaram-se contrários a pautas que favorecessem a vinda de novas levas de imigrantes, incluindo de refugiados do pós-guerra.

Com isso, pretende-se destacar que o momento de tomada de decisão pela recepção de imigrantes refugiados do pós-guerra, no que se denomina aqui por escala nacional, foi caracterizado por políticas de Estado que buscaram alinhar uma política migratória “dirigida” com uma política específica de desenvolvimento regional, onde se buscou estabelecer uma certa seletividade migratória que atendesse aos interesses nacionais, voltados para expansão da ocupação territorial, modernização agrícola e desenvolvimento industrial.

⁶ As referências feitas aqui fazem compõem os resultados de pesquisa de pós-doutorado que se encontra em andamento.

Faz parte desta escala nacional também os diferentes segmentos políticos, sociais e econômicos que, em função de sua representação e interesses, manifestavam posicionamentos contrários às medidas de governo que visavam favorecer o fomento da entrada de imigrantes laborais no país.

Se na escala nacional o Estado nacional é levado a interagir com diferentes atores e interesses na construção de uma política migratória, na escala internacional, observa-se a ação de atores de outra natureza, que atuam guiados com outros propósitos, mobilizando diferentes recursos e exercendo pressão sobre os Estados-nação. Destacam-se, aqui, as organizações internacionais.

De acordo com a literatura especializada (Andrade, 2005; Salles, 2007; Moreira, 2012), a primeira metade do século XX assistiu à emergência das organizações internacionais como importantes atores na intermediação entre os Estados-nação, gestão de conflitos e articulação entre países para busca de soluções conjuntas.

Organizações como a Organização Internacional para os Refugiados (OIR), Organização das Nações Unidas (ONU), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), entidades filantrópicas, entidades religiosas, entre outras, por sua missão humanitária e com o objetivo de fazer intermediação entre os países, visando socorrer a sociedade civil, representam uma pressão a mais na atuação dos Estados-nação.

A questão humanitária passa a ser o elemento novo trazido para a arena de tomada de decisão sobre a política migratória, onde atuam Estado nacional e os diferentes segmentos políticos, sociais e econômicos. No caso brasileiro, segundo Salles (2007), a dimensão humanitária dos deslocados do pós-guerra precisou ser adequada aos interesses nacionais.

No caso específico da vinda dos alemães suábios para Guarapuava, Elfes (1971) destacou as diferentes organizações internacionais que atuaram ativamente para sua realização: a Sociedade de São Rafael (Hamburgo); o Bundesamt para indústria, artesanato e trabalho – BIGA (Berna); a Food and Agriculture Organization – FAO (USA); a Organização Internacional para Refugiados – OIR (Genebra); o Comitê Internacional da Cruz Vermelha; o Intertionales Arbeitsamt – BIT (Genebra).

Apesar dessa diversidade, uma organização desempenhou um papel mais próximo e efetivo na configuração desse processo migratório: a organização internacional de apoio humanitário “Ajuda Suíça a Europa” (Schweizer Europa-Hilfe).

Segundo Gartiner e Pires (2011) e Stein (2008), a “Ajuda Suíça a Europa” era uma organização de cúpula que congregava outras organizações assistenciais da Suíça, como a Federação Cáritas, a Obra de Assistência da Igreja Evangélica Luterana, o Auxílio Operário e a Cruz Vermelha. Por meio de representantes europeus, a “Ajuda Suíça” idealizou e financiou o projeto de criação de uma cooperativa ainda na Europa (a Cooperativa Agrária) para potencializar o deslocamento de refugiados suábios para o Brasil.

Uma vez no país, os representantes da organização internacional pesquisaram possíveis espaços e iniciaram negociações com governo federal e governos estaduais, sendo que os estados de Goiás e São Paulo foram os primeiros a serem visitados, ficando a decisão final para o estado do Paraná, no município de Guarapuava, o qual tinha as características desejadas pelos idealizadores do projeto e dos possíveis imigrantes.

Assim, a vinda dos imigrantes suábios para Guarapuava atendia, de certa forma, tanto aos princípios e objetivos da política migratória e de Marcha para o Oeste, do Estado nacional, e à missão e aos objetivos das organizações internacionais humanitárias do pós-guerra, mesmo que numa intensidade bem menor do que o esperado.

Escalas intranacionais: sociedade civil e política local na definição da migração

Nesta seção, serão tratados os elementos identificados aqui como escalas intranacionais de tomada de decisão no processo de configuração de um fluxo migratório específico. Será abordada, primeiramente, uma iniciativa filantrópica dos núcleos coloniais germânicos de apoio à Europa no pós-guerra e, em segundo lugar, a política territorial do Paraná e sua relação com o estabelecimento dos imigrantes suábios em Guarapuava.

As colônias alemãs e o “Socorro à Europa Faminta”

Considerando bibliografia especializada sobre temática da imigração em massa da Europa para o Brasil, do século XIX e início do XX (SEYFERTH, 1988; BASSANEZZI, 1995), destaca-se que, do total de entradas de imigrantes no período entre 1872 e 1940, os alemães eram o quarto maior grupo, ficando atrás dos portugueses, italianos e espanhóis. As autoras destacam, ainda, que no quadro da emigração alemã ao longo do século XIX, apenas 5% dos emigrantes que deixaram a Alemanha se direcionaram para o Brasil, tendo a maior parte migrado para os Estados Unidos.

Assim, embora o Brasil não se constituísse no principal destino dos migrantes alemães, vale destacar a expressiva participação desse grupo nas iniciativas pioneiras de colonização e imigração, na primeira metade do século XIX. A sua expressão numérica pode ser captada pelo Recenseamento do Brasil de 1872, no qual os estrangeiros de origem alemã corresponderam ao terceiro maior grupo, ficando atrás dos africanos e dos portugueses.

Tabela 4. População total, população estrangeira e alemães, 1872, Brasil por Grandes Regiões e províncias selecionadas

Grandes Regiões	População total	População estrangeira	Alemães	Distribuição estrangeiros (%)	Distribuição Alemães (%)	Peso Alemães / Estrangeiros
NORTE	332.847	7.384	69	3,7	0,2	0,9
NORDESTE	4.638.560	19.471	614	9,8	1,3	3,2
SUDESTE	3.741.950	55.229	11.375	27,8	24,8	20,6
São Paulo	837.354	14.347	3.731	7,2	8,1	26,0
SUL	730.337	44.029	30.548	22,1	66,7	69,4
Paraná	135.722	2.654	1.670	1,3	3,6	62,9
Rio Grande do Sul	434.813	41.492	16.662	20,9	36,4	40,2
Santa Catarina	159.802	15.974	12.216	8,0	26,7	76,5
CENTRO-OESTE	220.812	1.100	18	0,6	0,0	1,6
Total Brasil	9.930.478	198.901	45.829	100,0	100,0	23,0

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil de 1872, IBGE. Tabulações próprias.

Com os dados da Tabela 4, observamos que, em 1872, as regiões Sudeste e Sul concentravam 50% da população estrangeira presente no país, sendo o Rio Grande do Sul a província de maior concentração (21%). Tomando a população alemã registrada no recenseamento, a região Sul, sozinha, concentra mais de 66% desses imigrantes, sendo as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina as de maior concentração.

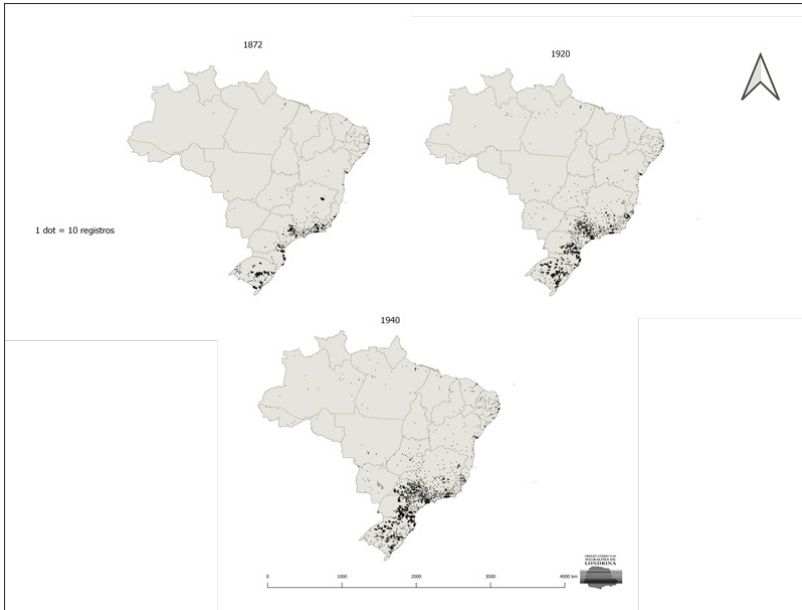
Por fim, destaca-se que as províncias sulistas são as que registraram maior peso do grupo alemão no total de sua população estrangeira, apontando a importância desse grupo para a ocupação e colonização dessa porção do território nacional.

Como Seyferth (1988) e Bassanezi (1995) já apontaram, a partir do último quartel do século XIX, intensificam-se as migrações europeias para o Brasil, em função das migrações subsidiadas para a cafeicultura paulista e do maior estímulo aos projetos de colonização, e outros grupos de migrantes passaram a ter maior expressividade.

Para os propósitos do nosso trabalho, o que queremos destacar, com esse cenário, é que, desde a primeira metade do século XIX até às vésperas do final da segunda guerra, os imigrantes alemães tiveram uma presença expressiva na sociedade brasileira.

O Mapa 2 permite visualizar a distribuição espacial dos alemães, no território nacional, em três momentos censitários (1872, 1920 e 1940). Pode-se observar a concentração desse grupo nos estados de São Paulo e da região Sul nos três momentos considerados, porém, nas décadas iniciais do século XX, um alastramento dessa presença no território, envolvendo um número maior de municípios, nos quatro estados de principal ocupação.

Mapa 2. Distribuição os estrangeiros de origem alemã, 1872, 1920 e 1940
Brasil, por municípios



Fonte: Recenseamento geral do Brasil de 1872 e Censos demográficos de 1920 e 1940, IBGE. Malhas cartográficas do IBGE. Autoria: Observatório das Migrações de Londrina (UEL).

Com isso, aproxima-se do cenário da presença da imigração alemã às vésperas do final da Segunda Guerra, quando toma corpo uma iniciativa de ajuda à Europa, por parte das comunidades coloniais germânicas do país.

De acordo com Fernandes (2013), entre os anos de 1946 e 1949, a organização de ajuda humanitária “Socorro à Europa Faminta” atuou no Brasil com o objetivo de prestar socorro à população civil no pós-guerra e auxiliar na reconstrução material da Alemanha.

Segundo o autor, em 1946, foi criado um comitê, composto por líderes religiosos, tanto da igreja católica como da luterana,

representantes influentes dos núcleos coloniais e do poder público local, que ficaria responsável por conseguir a adesão de núcleos coloniais e comunidades urbanas, de origem germânica, existentes, buscar o apoio de autoridades políticas nas esferas federal, estadual e local, e o envolvimento de lideranças religiosas de alto escalão.

Tendo como ponto de partida os núcleos coloniais do estado do Rio Grande do Sul, especialmente no município de São Leopoldo, a organização foi criada e permaneceu atuante por três anos, durante os quais enviou mercadorias, mantimentos e dinheiro para Europa, visando auxiliar diretamente os alemães na Alemanha.

Neste período de atuação, a organização, segundo Fernandes (2013), enfrentou vários desafios, o que contribuiu, em grande parte, para que o montante enviado para a Europa ficasse bem aquém do planejado inicialmente. Entre eles, destacam-se os seguintes:

1) Embora o interesse principal fosse o apoio à reconstrução da Alemanha, o posicionamento geopolítico do país e o sentimento anti-nazismo que dominou a sociedade fez com que os responsáveis precisassem ampliar o escopo, adequando, inclusive, o nome da organização;

2) Desconfiança mútua entre católicos e luteranos, quanto à forma de arrecadação, envio e o destino final dos bens arrecadados, contribuiu para que muitas pessoas não aderissem às atividades;

3) Diferenças ideológicas entre os favoráveis e os contrários à política nazista também causaram desconfiças entre os núcleos e comunidades alemães, desestimulando uma maior adesão.

Com essa referência, pretende-se jogar luz sobre uma dimensão importante no contexto do pós-guerra, no país. Ela nos permite vislumbrar o estado de espírito complexo e controverso reinante na sociedade brasileira, e, em especial, na comunidade germânica do país.

A chegada dos alemães suábios em Guarapuava não se constituiu num episódio de aceitação unânime, mesmo se tratando de uma questão humanitária do pós-guerra. Na verdade, eles chegaram numa sociedade que, se, por um lado, poderia estar

sensibilizada pelos horrores da guerra, por outro, se caracterizava por diferentes posicionamentos sobre a vinda dos migrantes refugiados, incluindo razões laborais, econômicas, religiosas e ideológicas.

Mesmo dentro das colônias e comunidades germânicas, que representavam um grupo imigrante expressivo no país, que se mobilizaram para fornecer apoio à Alemanha, que, com isso, contribuíram para uma maior sensibilização quanto à questão dos refugiados, não havia unanimidade quanto à vinda dos alemães suábios para Guarapuava, tanto por razões ideológicas

Políticas territoriais do estado do Paraná

Nesta subseção, argumenta-se que as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e de ocupação territorial do Paraná, das primeiras décadas do século XX, podem ser consideradas como um dos determinantes da migração dos suábios para Guarapuava.

Nas primeiras décadas do século XX, era preocupação do governo estadual a necessidade de expansão da ocupação territorial sistematizada e do desenvolvimento agrícola de grandes extensões do território paranaense, especialmente nas suas porções Norte e Oeste.

Como política territorial e de desenvolvimento, o governo estadual favoreceu iniciativas de loteamento fundiário e colonização de natureza pública e privada, contando com empreendimentos individuais e empresariais. Entre estes empreendimentos, destacou-se a Paraná Plantation – posteriormente, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) –, empresa de capital britânico, responsável por um grande empreendimento de loteamento e venda de lotes, criação de núcleos urbanos, expansão da cafeicultura e das ferrovias no Norte do Paraná (NICHOLLS, 1971; PRIORI, 2013).

De acordo com Nicholls (1971), a bem-sucedida expansão da fronteira agrícola do norte paranaense deveu-se, em grande parte, a essa atuação em diferentes frentes executada pela CTNP, a partir da década de 1930, contribuindo para o acelerado crescimento

populacional em função de maciços fluxos migratórios para a região, aumento da quantidade de cidades, a implantação sistematizada da produção cafeeira através do incentivo à pequena propriedade.

O auge desse desenvolvimento da fronteira agrícola paranaense situou-se entre as décadas de 1950 e 1960, quando, em decorrência, assistiu-se também a uma grande valorização fundiária, especialmente na porção norte do estado (NICHOLLS, 1971; PRIORI, 2013).

É nesse contexto que ocorreram as negociações entre as organizações internacionais, governo federal e governos estaduais para a vinda dos alemães suábios, que acabaram escolhendo as terras do município de Guarapuava para o estabelecimento da cooperativa e dos imigrantes.

O município de Guarapuava não se situa na área de fronteira do estado, mas as negociações pela compra das terras desejadas só tiveram sucesso porque fez parte do acordo com a então proprietários a concessão de terras no norte paranaenses em troca das terras almeçadas pela cooperativa.

Assim, observa-se como um determinante “indireto” da migração dos alemães suábios para o Paraná a atuação de políticas estaduais e locais de desenvolvimento territorial e o empreendimento da fronteira agrícola do norte paranaense, tendo como seu principal executor a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Discutindo resultados

A escolha do objeto de estudo e a estratégia teórico-metodológica colocada em prática para sua análise foram realizadas com o objetivo de identificarmos as diferentes escalas, com seus respectivos tomadores de decisão, contextos e interesses, que consideramos como “definidores”, ou os “determinantes próximos”, do movimento migratório dos alemães suábios para o Paraná, no pós-guerra. O quadro 1 sintetiza essas escalas.

Quadro 1. Identificação e descrição das diferentes escalas do processo migratório dos alemães suábios para o Brasil

ESCALA	TÍTULO	DESCRIÇÃO
Internacional	Contexto internacional dos deslocados de guerra	Quadro da população deslocada, refugiada e apátrida no pós Segunda Guerra imediato
Internacional	Acordos entre organismos internacionais e Estados	Acordos e convênios entre Estados e organizações internacionais para solução da questão dos refugiados
Nacional	Política imigratória pós Segunda Guerra	Continuação da "imigração dirigida", do sistema de cotas e do predomínio do interesse nacional, porém, a partir de 1945, o debate inclui a situação dos refugiados de guerra
Nacional	Perfil dos imigrantes presentes no país	Evolução da presença de imigrantes, a partir de dados censitários, num recorte temporal anterior ao período analisado
Nacional	Associativismo entre diferentes atores sociais	Exemplo de formação de associação civil de ajuda aos deslocados na Europa, envolvendo imigrantes , não-imigrantes, poder público, representantes religiosos, empresários urbanos, colonos rurais, entre outros
Nacional	Política nacional "Marcha para o Oeste"	Interesse federal com política de desenvolvimento para o mercado interno e ocupação territorial
Estadual	Política estadual de desenvolvimento	Interesse estadual com desenvolvimento de agricultura moderna, alinhado com a política nacional "Marcha para o Oeste"
Estadual e Local	Política territorial	Política de concessão de terras, a empresas e particulares, para loteamento, atividade econômica, infraestrutura
Estadual e Local	Dinâmica demográfica	Crescimento demográfico, migração, criação de cidades
Fonte: Resultados da pesquisa.		

Sem retomar, aqui, todas questões e argumentos que já foram desenvolvidos com mais detalhes nas seções anteriores, pretende-se enfatizar que, ao se colocar o objetivo de identificar as diferentes escalas de um processo migratório específico, bem recortado espacial e temporalmente, o que se buscou foi jogar luz ao caráter de complexidade inerente aos processos migratórios.

Geralmente, nos estudos de diferentes tipos de migração, a consideração de que o fenômeno migratório é “complexo” quase sempre é feita, porém ela não vem acompanhada de elementos que possibilitem uma maior percepção. Com isso, algumas perguntas podem permanecer sem resposta, como, por exemplo: *Em que sentido o fenômeno migratório é complexo? Qual a evidência concreta dessa complexidade? Como lidar com essa complexidade de forma a possibilitar uma maior compreensão do fenômeno migratório?*

Não se pretende fornecer uma resposta única e definitiva a essas questões. O que se propôs aqui foi um caminho para lidar com essa “complexidade”, através de uma abordagem analítica que considere, pelo menos, os seguintes elementos:

1) O pressuposto de que há diferentes escalas, com respectivos atores, dinâmicas e interesses, na configuração de processos migratórios, e que há uma articulação entre essas escalas;

2) Cada escala, ator e interesse tem um potencial de exercer influência sobre os demais, e que a potencialidade dessa influência vai variar de acordo com o contexto;

3) Não há somente uma relação de hierarquia entre essas escalas, mas também de complementaridade.

A análise da migração dos alemães suábios, dessa forma, possibilitou observar os espaços de tensão entre as diferentes escalas e atores, em relação à questão dos refugiados do pós-guerra. Observar que o Estado brasileiro, mesmo com uma política migratória seletiva e voltada para os interesses nacionais de desenvolvimento, se viu na necessidade de ceder às pressões de países aliados e organizações internacionais, e concordar com a migração de refugiados de guerra para o Brasil, mesmo eles não se enquadrando, necessariamente, no perfil desejado de imigrantes.

Por sua vez, essa “concessão” em relação à recepção dos refugiados de guerra não se deu de forma passiva ou por razões exclusivamente humanitárias. O Estado nacional compatibilizou essa recepção aos interesses nacionais, “escolhendo” aqueles refugiados, cujo perfil se adequasse às atividades econômicas priorizadas na política de desenvolvimento concebida pelo governo federal – o que não aconteceu sem despertar a oposição de diferentes segmentos da sociedade envolvidos na defesa dos interesses do trabalhador nacional.

Na outra ponta do processo migratório, fatores externos e distantes espacialmente atuaram na efetivação da vinda dos suábios nas terras escolhidas pelo projeto original de colonização. Ou seja, o auge da cafeicultura e de valorização fundiária da porção norte do estado, pode ter atuado de forma a sanar as tensões e facilitar as negociações pela compra das terras desejadas pelos imigrantes.

Finalizando esse quadro, destaca-se que, apesar da presença de longa data da imigração alemã e da sua integração à sociedade brasileira, argumenta-se que a vinda dos alemães suábios para o Brasil, no contexto do pós-guerra, pode não ter sido de aceitação unânime entre os núcleos coloniais e comunidades urbanas de origem germânica, uma vez que o estudo de Fernandes (2013), sobre a iniciativa dessa comunidade de apoio aos alemães na Europa, relevou uma série de divergências de ordem religiosa e ideológica, especialmente no Paraná.

Com isso, apontamos que o fenômeno migratório se configura como resultado da atuação de diferentes atores e interesses, situados em diferentes escalas e que conhecer como esses elementos atuam e se articulam é um passo importante no entendimento dos processos migratórios.

Considerações finais

Como já colocado no início desse trabalho, a maior diversidade e o reconhecido caráter multifacetado das migrações internacionais recentes têm, cada vez mais, desafiado governos, sociedade civil, academia e pesquisadores, de uma forma

geral, a buscar, por um lado, novas formas de governança dos processos migratórios, e, por outro, diferentes abordagens teórico-metodológicas e empíricas, para uma maior compreensão e entendimento do fenômeno migratório contemporâneo.

Não se pode deixar de considerar, também, que o avanço tecnológico no campo das tecnologias da informação, da interligação e compartilhamento de dados e da integração virtual entre os diferentes espaços do globo, tem nos possibilitado um acesso à produção do conhecimento, a uma diversidade bibliográfica e a fontes de dados e informação jamais vista anteriormente, o que tem colocado à academia e aos pesquisadores, de uma forma geral, a emergência de novas agendas de pesquisa, mas também possibilitado a conformação de novos olhares sobre processos migratórios do passado.

Nesse sentido, vale destacar que foi a escolha teórico-metodológica deste trabalho a abordagem de um processo migratório do passado, com um olhar instrumentalizado a partir do presente, buscando um maior entendimento da realidade social, tanto pretérita quanto atual. Iniciativa, em certa medida, se reforçou com o olhar do historiador norte-americano, Frederick Jackson Turner que, em 1891⁷, afirmou:

Cada época reescreve a história do passado à sua maneira, com referência às mais elevadas condições de seu próprio tempo.

Diante da qual, Peter Burke (2017, p. 13) complementa que

À medida que avançamos rumo ao futuro, tendemos a olhar para o passado a partir de novos ângulos.

Com essa dupla inspiração, propôs-se desenvolver uma análise sobre o processo migratório dos alemães suábios para

⁷ Frederick Jackson Turner, *The Significance of History*. *Apud* BURKE, 2017, p.13.

o Brasil, no pós-guerra, de forma que, a abordagem trouxesse elementos para uma maior compreensão do próprio fenômeno migratório, no contexto em que ocorreu, mas também para o entendimento de fenômenos do momento presente.

Assim, mesmo com as lacunas do trabalho, com as perguntas que tenham ficado sem respostas, com a necessidade de selecionar e sistematizar dados e informações complementares, considera-se que a abordagem do objeto de estudo a partir da consideração da atuação simultânea e articulada das diferentes escalas, atores de arenas de decisão, na definição do processo migratório, se constitui numa abordagem teórico-metodológica bastante profícua para uma maior compressão de um fenômeno contemporâneo que mais nos têm colocado desafios – enquanto tomadores de decisão e formadores de opinião –, e colocado em xeque os principais atores na governança global das migrações internacionais contemporâneas: o crescente número de refugiados e deslocados de guerra, em decorrência da também crescente emergência de situações geradoras de refugiados e deslocados de guerra, em diferentes porções do mundo global.

Referências

ANDRADE, José H. Fischel. O Brasil e a organização internacional para refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (1), p. 60-96, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a03.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: BAENINGER, R. (Org.). **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2013. 256 p. ISBN 978-85-88258-36-5. (Por Dentro do Estado de São Paulo, volume 9).

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2012. 146 p. ISBN 978-85-88258-32-7.

BASSANEZZI, Maria S.C.B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. 207 p. ISBN 85-86272-01-9.

BURKE, Peter. **Perdas e ganhos**: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 299 p. ISBN 978-85-393-0706-7.

DE HASS, H. **Migration and development**: a theoretical perspective. International Migration Institute. University of Oxford, 2008. (Working Papers, 9). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x>. Acesso em: 16 set. 2019.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba: [s.n.], 1971. 115 p. ISBN --.

FERNANDES, Evandro. SOS Europa Faminta. Comitê de socorro à Europa faminta – SEF – (1946-1949). **Iberoamericana**, XIII, 52, p. 27-46, 2013. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/324>. Acesso: 20 ago. 2019.

GARTNER, Monique; PIRES, Ariel José. História, memória e identidade: considerações acerca da ocupação da região de Entre Rios feita pelos suábios do Danúbio no Paraná (1951-1971). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v.2, no.1, p. 54-66, 2011. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2648>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MOREIRA, Júlia Bertino. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. 1996. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, IFCH /UNICAMP, Campinas, 2012.

NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 24(4), p. 33-64, 1971. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/31/6109>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PAIVA, Odair Cruz. **Histórias da imigração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI.** São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. (Coleção Ensino e Memória, 2). 253 p. ISBN 978-85-63443-07-6.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 69, p. 73-93 outubro 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/69/RCCS69-073-093-Alejandro%20Portes.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

PRIORI, Angelo. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **Seculum – Revista de História**, 26, João Pessoa, p. 133-147, 2012. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7PRIORILegislacaopoliticafundia-ria.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

SALLES, Maria Rosário Rolfsen. Território e experiência migratória: os refugiados em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial. **Cadernos Metrópole**, 20, p. 179-196, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/download/8692/6452>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SALLES, Maria Rosário Rolfsen. A política imigratória brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial e os refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização. **Cena Internacional**, vol.9, no. 2, 2007. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/es/revista/cena-internacional/articulo/a-politica-imigratoria-brasileira-no-pos-segunda-guerra-mundial-e-os-refugiados-uma-leitura-da-revista-de-imigracao-e-colonizacao>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SALLES, Maria Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair; BASTOS, Sênia. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: SALLES, M.R.R.; BASTOS, S.; PAIVA, O.C.; PERES, R.G.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial.** Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/UNICAMP, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo, 2013. 48 p. ISBN 978-85-88258-40-2. (Por Dentro do Estado de São Paulo, volume 11).

SASSEN, S. A criação de migrações internacionais. In: _____. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010. 240 p. ISBN 8536323531.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, no.25, p. 3-55, 1988. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-25/395-imigracao-e-colonizacao-alema-no-brasil-uma-revisao-da-bibliografia/file>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, Márcia; BOSCHIERO, Gilson A. Poder, território e discurso: os suábios do Danúbio em Guarapuava-PR. **Ação Midiática**, Curitiba, no. 14, p. 311-329, jul/dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/50365/34232>. Acesso em: 18 ago. 2019.

STEIN, Marcos Nestor. Memórias de uma diáspora: relatos de refugiados da Segunda Guerra Mundial. **Espaço Plural**, ano 9, no.19, p. 49-57, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1927>. Acesso: 18 ago. 2019.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 368 p. ISBN 978-85-7983-267-3.

TRUZZI, Oswaldo. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no.27, p. 110-140, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2133>. Acesso em: 10 dez. 2019.